

Os novos governamentos na Educação: o ensino profissionalizante e os institutos federais de educação, ciência e tecnologia

Maria Rita de Assis César¹
Tatiana Teixeira Silveira²

Resumo

Este artigo discute os caminhos recentes da educação profissionalizante e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em 2008. O interesse recente pela educação profissionalizante, entendida como um segmento fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país, tem sido considerado como um tema importante para a reforma do ensino brasileiro nas últimas décadas. Para a análise da reforma e criação de novas modalidades e instituições de ensino profissionalizante são utilizados os conceitos foucaultianos de biopolítica e de governamentalidade biopolítica neoliberal. Esta análise tem como objetivo problematizar a reforma das instituições de ensino profissionalizante e sua relação com a formação do profissional técnico, tendo em vista o mercado como forma de verificação na lógica neoliberal. Para esta análise também são utilizados os conceitos de empreendedorismo e empregabilidade.

Palavras-chave: governamentalidade biopolítica neoliberal; biopolítica; políticas públicas de educação; ensino profissionalizante.

NEW GOVERNMENTS IN EDUCATION: PROFESSIONAL EDUCATION AND THE FEDERAL INSTITUTES OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY

Abstract

This article discusses recent theoretical paths followed by professional education in Brazil as well as the foundation of the Brazilian Federal Institutes of Education, Science and Technology in 2008. The recent interest in professional education as a fundamental option to the country's economic and social development has been an issue of the Brazilian educational reform in the

¹ Professora do Setor de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPR. Coordenadora do LABIN – Laboratório de Investigação em Corpo, Gênero e Subjetividade na Educação. Bolsista CNPQ/PQ2.

² Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação da UFPR e bolsista PIQDTEC/CAPES. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, professora de Educação Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Rio Grande.

last decades. In order to analyze the educational reform and the creation of new modalities of education and new professional education institutions, this article employs Foucauldian concepts such as biopolitics and neoliberal biopolitical governmentality. The analyses' aim is to problematize the reform of educational institutions towards a professional education, as well as the relation between this educational process and the new context of education, which assumes the Market as a place of veridiction in the context of the neoliberal logic. In the course of the analysis this text also employs the concepts of entrepreneurship and employability.

Key-words: neoliberal biopolitical governmentality; biopolitics; educational public policy; professional education.

INTRODUÇÃO

As hipóteses sobre o ensino profissionalizante que orientam as análises presentes nesse texto se desenvolvem a partir da concepção de que essa modalidade de ensino se desenvolveu por meio de um conjunto de elementos oriundos dos dispositivos presentes em uma governamentalidade biopolítica neoliberal. A leitura dos documentos oficiais, isto é, decretos, leis, pareceres, etc. envolvidos na criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia demonstra a presença dos elementos que compõem aquilo que Foucault denominou de governamentalidade biopolítica neoliberal, assim como também estão presentes na educação como um todo, e mais especificamente nas práticas docentes que objetivam produzir um aluno-técnico habilitado ao mercado profissional e nas práticas institucionais que determinam a formação desse aluno-técnico. É claro que a governamentalidade biopolítica neoliberal não diz respeito somente ao ensino e ao ensino técnico, ela está presente na constituição contemporânea de cada um de nós, e se expressa em aspectos das nossas vidas como a busca por uma formação permanente, as novas formas de gerenciamento do tempo, entre outras características. Esses são alguns exemplos que podemos perceber um ou um tipo específico de governo das nossas vidas.

A discussão que este texto se propõe fazer envolve aspectos biopolíticos mais clássicos, como a biopolítica pensada por Michel Foucault tanto na *História da Sexualidade I* (FOUCAULT, 2001), assim como também no curso *Em defesa da Sociedade* (FOUCAULT, 1999) na medida em que a vida de uma população, no caso dessa pesquisa os alunos-técnicos, servem de suporte para implantação escolar é tomada como substrato de controle e regulação. Entretanto, é o conceito de governamentalidade biopolítica neoliberal, presente no curso *Nascimento da Biopolítica* (FOUCAULT, 2008) que dá suporte para as análises sobre a formação de um contingente de alunos-técnico orientada massivamente para o mercado. Esse tipo de formação contempla, nesse

processo de formar um sujeito técnico-profissional, constituir um sujeito capaz de produzir-se como capital humano e tornar-se um empreendedor de si mesmo, com o objetivo de atingir as demandas, mesmo que inalcançáveis, das exigências do mercado profissional. No curso *Segurança, território, população* (FOUCAULT, 200?) Foucault parte analisa o biopoder do ponto de vista das novas tecnologias de poder que agem sobre o fenômeno “população”. O contexto analisado nesse curso diz respeito a regulação das populações através do dispositivo da segurança. É possível perceber nesse curso o aparecimento da figura do governo para explicar a gestão governamental da vida da população, através do conceito de governamentalidade.

SOBRE A GOVERNAMENTALIDADE BIOPOLÍTICA NEOLIBERAL

Ao utilizar o conceito de governamentalidade biopolítica neoliberal para problematizar o ensino profissionalizante através da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFS), faz-se necessário situar esse e outros conceitos no contexto de uma genealogia do poder na modernidade.

Em sua análise sobre do poder, isto é, no seus estudos genealógicos, Foucault realiza também uma crítica do presente. Desse modo, é possível descolar suas reflexões historicamente delimitadas para as problematizações contemporâneas. Para balizar esse deslocamento temporal crítico sobre os temas analisados em suas genealogias, Foucault lançou um pergunta que nos permitiu realizar a atualização de suas análises. A pergunta feita para este empreendimento crítico foi: “O que estamos fazendo de nós mesmos?”³

A partir desse importante empreendimento este texto propõe um conjunto de discussões, de inspiração genealógica, para pensar sobre as políticas de ensino profissionalizante no Brasil. Neste artigo, toma-se a produção das relações de poder no campo institucional escolar, no caso específico dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

³ “Como fazer para não se tornar fascista, mesmo quando (sobretudo quando) se crê ser um militante revolucionário? Como desembaraçar nosso discurso e atos, nossos corações e nossos prazeres do fascismo? Como desalojar o fascismo que se incrustou no nosso comportamento?” (FOUCAULT, 2010, p. 105). Para mais, ver: FOUCAULT, Michel. Prefácio (Anti-édipo). In: FOUCAULT, Michel. Ditos & Escritos. Vol VI. Repensar a política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. E GRÓS, Frederic. O cuidado de si em Michel Foucault. In: RAGO, Margareth & VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). Figuras de Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 127-138.

No curso seu curso *Nascimento da Biopolítica*, de 1978-1979, Michel Foucault, centra suas análises na caracterização de processos de governo econômico da população. Nessa perspectiva surge um novo sujeito, oriundo dos novos processos de sujeição e controle orientados pelo mercado. Para sua análise Foucault explorou os conceitos de mercado, capital humano, sociedade empresarial, entre outros.

Foucault demonstra uma conexão fundamental entre a economia política e a razão de Estado, sendo o mercado o pela produção da verdade, isto é, o mercado se torna o lugar de verificação. Segundo Foucault: “esse lugar de verdade não é, evidentemente, a cabeça dos economistas, mas o mercado” (FOUCAULT, 2008a, p. 42). Para o autor, o mercado, durante os séculos XVI e XVII, era um local que assegurava regulamentação e jurisdição. Essa característica de jurisdição relacionada ao mercado foi perdendo sua fundamentação, em meados do século XVIII, a partir principalmente da importância indicada pela teoria econômica: “que o mercado deve ser revelador de algo que é como uma verdade” (FOUCAULT, 2008a, p. 44).

Aquilo que está em jogo é uma nova forma de governar, sendo o mercado um lugar de produção de verdade:

[...] Portanto, em toda essa história e na formação de uma nova arte de governar, a economia política não deve seu papel privilegiado ao fato de que ditaria ao governo um bom tipo de conduta. A economia política foi importante, inclusive em sua formulação teórica, na medida em que (somente na medida, mas é uma medida evidentemente considerável) indicou onde o governo devia ir buscar o princípio de verdade da sua própria prática governamental. [...] (FOUCAULT, 2008a, p. 45).

Foucault tratou do liberalismo na Europa (século XVIII), ou ainda, da arte liberal de governar e seus reflexos nos processos de governamentalidade biopolítica. Sobre a nova arte liberal de governar, Foucault (2008a, p. 86) afirma:

[...] ela é consumidora de liberdade. É consumidora de liberdade na medida em que só pode funcionar se existe efetivamente certo número de liberdades: liberdade do mercado, liberdade do vendedor e do comprador, livre exercício do direito de propriedade, liberdade de discussão, eventualmente liberdade de expressão, etc. A nova razão governamental necessita portanto de liberdade, a nova arte governamental consome liberdade.

Para Foucault uma ideia de gestão da liberdade central para o liberalismo. Segundo Foucault, o liberalismo afirma: “vou produzir o necessário para tornar você livre” (FOUCAULT, 2008a, p. 87). Para o liberalismo é necessário produzir a liberdade, mas também estabelecer limites, controles e obrigações pautados na ameaça. Assim, o custo da fabricação da liberdade vem atrelado a segurança que servirá para a proteção dos interesses coletivos e as relações com os interesses individuais e vice-versa.

No curso *Nascimento da biopolítica* o autor analisa as crises do liberalismo e do capitalismo desde o século XVIII e mostra uma ligação entre elas a partir do aspecto econômico. Foucault analisou o liberalismo alemão (1948-1962) e a forma de uma arte de governar baseada numa razão de Estado, utilizando os exemplos do neoliberalismo americano e alemão, a partir disso Foucault passou a pensar a economia baseada na figura do mercado.

A partir dessa breve exposição da análise realizada por Foucault chegamos a um constructo importante para esse texto e fundamental também para as nas discussões do autor, a governamentalidade biopolítica neoliberal. Se o liberalismo tem como regra principal uma economia máxima e a figura de um conflito entre liberdade e segurança, por meio de um deslocamento Foucault analisa uma nova forma de governamentalidade baseada no liberalismo e que tem como direção algumas perspectivas, tais como:

[...] a constituição do mercado como lugar de produção de verdade (e não mais apenas como domínio de jurisdição), a questão da utilidade (utilitarismo inglês) e sua relação com a limitação do exercício das forças estatais, a noção de interesse como operadora desse novo tipo de governamentalidade e a ampliação dessa nova racionalidade governamental (estendida à escala mundial) (GADELHA, 2009, p. 139-140)

Nesse caso, o mercado torna-se o lugar da verdade, o local de verificação da prática governamental. Tendo em vista a crise do liberalismo, no século XX, Foucault realiza uma análise do neoliberalismo, dos modelos alemão, francês e norte-americano. Foucault demonstrou que no modelo norte-americano de neoliberalismo as mudanças ocorreram em torno da teoria do Capital Humano (Escola de Chicago):

O interesse, creio, dessa teoria do capital humano está no seguinte: é que essa teoria representa dois processos, um que poderíamos chamar de incursão da análise econômica num campo até então inexplorado [*o trabalho grifo meu*] e, segundo, a partir daí e a partir dessa incursão, a possibilidade de

reinterpretar em termos econômicos todo um campo que, até então, podia ser considerado, e era de fato considerado, não-econômico. (FOUCAULT, 2008a, p. 302)

É a partir das discussões em torno da teoria do Capital Humano que Foucault elaborou uma reflexão sobre a figura do *homo oeconomicus*. Para ele o neoliberalismo acaba por encontrar nessa figura clássica uma mudança na atividade econômica. Sobre o *homo oeconomicus* Foucault afirma que:

[...] é um empresário, e um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o *homo oeconomicus* parceiro da troca por um *homo oeconomicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda. (FOUCAULT, 2008a, p. 311)

Foucault realiza a sua análise desse modelo econômico, passando a observar e explicar movimentos e relações sociais através do mercado, assinalando transformações nos fenômenos sociais e nos indivíduos a partir desse ponto principal que agora faz parte da própria constituição dos indivíduo. Para Foucault:

[...] O que a análise deve tentar esclarecer é qual cálculo, que aliás pode ser despropositado, pode ser cego, que pode ser insuficiente, mas qual cálculo fez que, dados certos recursos raros, um indivíduo ou indivíduos tenham decidido atribuí-los a este fim e não àquele. A economia já não é, portanto, a análise da lógica histórica de processo, é a análise da racionalidade interna, da programação estratégica da atividade dos indivíduos. (FOUCAULT, 2008a, p. 307).

Passa-se a pensar o trabalho como uma conduta econômica, “a economia política passa a ter como objeto o comportamento humano, ou melhor, a racionalidade interna que o anima”. (GADELHA, 2009, p. 149)

A partir do conceito de governamentalidade biopolítica neoliberal é possível analisar os objetivos presentes nessa nova política de ensino profissionalizante pautada na implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como instituição responsável pelo desenvolvimento econômico e social de nosso país, bem como, responsável por uma formação voltada para a ciência e tecnologia. Desse modo, é possível distinguir nesse projeto educacional a figura do mercado, como centro organizador desse tipo de formação.

OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Em se tratando de uma análise de inspiração genealógica, a intenção, claro, não é realizar uma análise que exalte ou critique o ensino profissionalizante no Brasil, nem apresentar problemas e soluções para esse espaço educacional. A análise foi realizada por meio de um conjunto de problematizações sobre o ensino profissionalizante, tendo em vista as transformações decorrentes da implementação de um modelo político e econômico.

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é tomada como um elemento central das novas políticas educacionais tendo em vista as próprias transformações econômico-sociais. Os Institutos Federais (IFS) foram criados por meio de uma lei de 29 de dezembro de 2008. Hoje (2013) são 38 Institutos Federais presentes praticamente todos os estados brasileiros⁴

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. (Lei nº 11.892/2008)

A implantação dos IFS como parte da nova política federal de ensino profissionalizante, pode ser pensada a partir de uma biorregulamentação do poder proposta por Foucault. Uma das características presente na reformulação são as mudanças relativas aos níveis de ensino que os IFS devem abarcar: nível médio integrado ao técnico, técnico, tecnólogo, além da inclusão do nível superior, isto é, a graduação em diferentes áreas de ensino, assim como também cursos de pós-graduação. Com o ciclo completo de ensino presentes nos IFS estabelece-se um lugar fundamental para a ciência e a tecnologia no processo de formação e na constituição dos novos sujeitos educacionais. No desenrolar desse processo produz-se uma narrativa sobre o mercado de trabalho e a necessidade de profissionais qualificados. Desse modo, estão presentes nessa narrativa a necessidade de formação de capital humano e indivíduos empreendedores.

⁴ Informações retiradas da página da SETEC/MEC. Para mais, ver: <http://redefederal.mec.gov.br/>.

Art. 2º Os cursos de educação profissional de nível tecnológico serão designados como cursos superiores de tecnologia e deverão:

I - incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos;

II - incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;

III - desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços;

IV - propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias;

V - promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação;

VI - adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos;

VII - garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular. (RESOLUÇÃO CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002).

Outro elemento importante na constituição desta narrativa é a sobre a inclusão de uma população que antes dos IFS não teria a oportunidade de formar-se em uma instituição pública de excelência. Por um lado, os IFS também estão relacionados a um processo de expansão escolar justificado em relação ao combate às desigualdades sociais e ao acesso da população ao ensino formal. E por outro lado, é possível analisar que esta expansão do ensino, em especial o ensino médio, encontra-se vinculada às noções de ciência e tecnologia, como valor maior para o mundo contemporâneo e habilidades fundamentais na produção de novos sujeitos, tendo em vista o mercado.

A multiplicação de modalidades de ensino é percebida como um conjunto de transformações nas estratégias biopolíticas de apreensão, controle e regulação de uma população significativa de jovens e adultos. Desse modo, é possível perceber as estratégias direcionadas a regulação da vida dessa população, isto é, a sua imediata inclusão no mundo do trabalho, assim como

também a aquisição de habilidades técnicas que esse novo aluno-técnico como investimento no capital humano e nas habilidades necessárias para tornar-se empreendedor de si mesmo.

Em sua análise do neoliberalismo Foucault concluiu sobre a necessidade de que as relações sociais e os comportamentos de cada indivíduo passam a ser pensados a partir da economia de mercado. A figura do empreendedor de si, pautado na teoria do capital humano, torna-se o eixo central para se pensar os processos de produção dos sujeitos. Nessa lógica, o mercado torna-se um princípio normativo que se convoca por meio de um novo modo de governo dos indivíduos. Essas análises realizadas por Foucault são uma ferramenta importante de análise do ensino profissionalizante na atualidade, na medida em que os arranjos biopolíticos sobre esta população atendida, tanto pelos IFS, como pelos demais instituições que oferecem o ensino profissionalizante, passa a ser formada por meio de objetivos claros do ponto de vista de uma biopolítica neoliberal, demonstrando os principais mecanismos da governamentalidade neoliberal no campo da educação em nosso país.

A expansão do ensino profissionalizante também está pensada para atender a uma população frágil do ponto de vista econômico e vulnerável do ponto de vista social, como um projeto de inclusão econômico-social, que vem sendo levado a cabo na última década no Brasil. Desse ponto de vista, a exigência de mão de obra técnica qualificada, se apresenta como justificativa central para as novas reformulações desse tipo de ensino, de modo geral, e a criação do IFS, de modo específico. Nessa perspectiva, dentro dos IFS, foram criadas as seguintes modalidades de ensino: o EJA (Educação de Jovens e Adultos), o ensino profissionalizante a distância, os cursos de tecnologia, além do ensino profissionalizante subsequente ao ensino médio. Nesse quadro de ofertas é possível tomar os IFS como um grande espaço abrigando diferentes perfis de alunos e professores, grandes somas numéricas compondo dados estatísticos e um grande número de tipos de formações, compondo um universo díspar e babélico, com um objetivo comum que seria a formação para o mercado. Desse ponto de vista os processos de inclusão no Brasil podem ser tomados como um dos elementos centrais da constituição do jogo econômico do neoliberalismo e conseqüentemente como uma significativa tecnologia biopolítica de governamentalidade neoliberal. Sobre a inclusão e o neoliberalismo Maura Corcini Lopes afirma:

Inclusão na Contemporaneidade passou a ser uma das formas que os Estados, em um mundo globalizado, encontraram para

manter o controle da informação e da economia. Garantir para cada indivíduo uma condição econômica, escolar e de saúde pressupõe estar fazendo investimentos para que a situação presente de pobreza, de falta de educação básica e de ampla miserabilidade humana talvez se modifiquem em curto e médio prazo. A promessa da mudança de *status* dentro de relações de consumo – uma promessa que chega até aqueles que vivem em condição de pobreza absoluta –, articulada ao desejo de mudança de condição de vida, são fontes que mantêm a inclusão como um imperativo do próprio neoliberalismo. (LOPES, 2009, p. 167)

Os IFS passam também a ser o lugar através do qual a população de jovens e adultos carentes, pobres, vulneráveis, etc. Será incluída no jogo econômico. Um curso de graduação em menor tempo, um currículo mais enxuto, o aprendizado por meio virtual, a Educação de Jovens e Adultos – EJA, tudo isso visando a formação profissional e a entrada no jogo econômico mais rapidamente. Mas também uma população jovem proveniente das classes média, que almeja a aprovação nos vestibulares das universidades públicas, também são parte dessa multidão de compõe o universo discente do IFS. Com essa multiplicidade de formações e sujeitos, a pergunta que se coloca diz respeito a própria identidade dos IFS. O que seria exatamente essa instituição de ensino? Tendo em vista essa diversidade populacional, o que se pretende e a quem se destinam os IFS?

A resposta sobre esse tema diz respeito as um mapa da situação de empregabilidade no Brasil. Certamente haverá divergências em relação ao público que acessa os IFS, em tratando de um país tão grande e diverso. Mas se analisarmos as políticas da SETEC/MEC (Secretaria de Educação Tecnológica/Ministério da Educação) para a esse nível de ensino, e esta instituição específica, é possível afirmar que o objetivo para essa população atendida é o acesso ao mercado, ou a entrada no jogo do mercado.

Em se tratando dos processos de inclusão social, é possível observar na narrativa oficial, isto é, na legislação, a possibilidade da população poder acessar o nível de ensino conforme seu grau de escolaridade, ou seja, é possível ingressar em um IF, em qualquer nível de ensino, do ensino fundamental a pós-graduação. Desse ponto de vista a estratégia de da acessibilidade da população ao ensino profissional faz proliferar os números que compõem as estatísticas de acesso e permanência nas instituições de ensino.

Além da produzir uma equiparação dos IFS as modalidades de ensino superior, é possível observar na narrativa da lei, que esse local de ensino, deve se ocupar de uma parcela significativa da educação brasileira. Foram inúmeras reformulações implementadas durante esse processo histórico que envolveu o ensino profissionalizante. A transformação das Escolas Técnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica, a separação entre ensino médio e ensino integrado, são alguns exemplos, até chegarmos nas últimas reformulações que criaram essa grande instituição que deve se ocupar dos mais diversos níveis de ensino. Entretanto, o objetivo é bastante claro, os IFS, como ferramenta de inclusão social, deverá produzir uma população transformada em capital humano, com qualidades de empreendedorismo de si mesmo, na medida em que os IFS poderão representar uma educação para praticamente toda a vida, do ensino fundamental a pós-graduação.

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (Lei nº 11.892/2008)

Nos IFS encontra-se em curso a produção de um aluno-técnico, cujos dispositivos de formação são orientado pelas demandas do mercado, além daqueles que produzirão empreendedores de si mesmo com um alto grau de empregabilidade. Em relação as definições das políticas para uma população jovem atendida pelos IFS, ainda são possíveis algumas perguntas? Como por exemplo, se, naquela instituição seria possível um outro tipo de condução das condutas daquela população jovens, que também levasse em consideração a pergunta inicial de Foucault sobre aquilo que “estamos fazendo de nós mesmo”. Nessa perspectiva institucional, seria possível conduzir a conduta daqueles jovens de outra forma? De uma forma que fosse possível proporcionar a reflexão sobre o que estão fazendo de si.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Prefácio (Anti-édipo). In: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos**. Vol VI. Repensar a política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação. Introdução e conexões, a partir de Michel Foucault**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GRÓS, Frédéric. O cuidado de si em Michel Foucault. In: RAGO, Margareth & VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 127-138.

INEP. **Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica 2011**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/centso_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2011.pdf>. Acesso em 18 fev. 2013.

LEI nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em 23 jan. 2013.

LOPES, Maura Corcini. Políticas de inclusão e governamentalidade. **Revista Educação & Realidade**, 34(2), p. 153-169, mai-ago 2009.

ORLANDI, Luiz, B. Lacerda. Que estamos ajudando a fazer de nós mesmos? In: RAGO, Margareth, ORLANDI, Luiz B. Lacerda & VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 217-238.

VEIGA-NETO, Alfredo. Governo ou governo? **Currículo sem Fronteiras**, 5 (2), p. 79-85, jul-dez 2005.